

PROJETO DE LEI №. 066, DE 28 DE AGOSTO DE 2023.

Define situação de excepcional interesse público e autoriza a contratação temporária de Monitor de Escola.

- Art. 1º É definido como situação de excepcional interesse público e autoriza o Poder Executivo a contratar, pelo período de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, servidor para exercer a seguinte função:
- I-01 (um) Monitor de Escola, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação SME.
- Art. 2º A contratação de que trata o art. 1º desta Lei será de natureza administrativa, ficando assegurados aos contratados os direitos previstos no art. 237 da Lei Municipal Nº. 1.690, de 30 de dezembro de 2003.
- Art. 3º Os requisitos exigidos para a contratação e as atribuições são os que constam na Lei Municipal Nº. 1.692, de 30 de dezembro de 2003.
 - Art. 4º O contrato por tempo determinado extinguir-se-á:
 - I pelo término do prazo contratual ou

tantes:

- II antecipadamente, por iniciativa de qualquer uma das partes contra-
- II quando houver mais de duas faltas injustificadas durante o período do contrato.
- § 1º A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com a antecedência mínima de quinze dias, sob pena de desconto da remuneração correspondente ao período.
- § 2º A extinção do contrato por iniciativa do contratante, decorrente do interesse público e devidamente motivada, importará no pagamento da remuneração dos dias trabalhados, das férias proporcionais e da gratificação natalina proporcional.
- § 3º Excetua-se a extinção do contrato decorrente do cometimento de infração disciplinar punível com demissão e decorrente de procedimento disciplinar, hipótese em que será devida apenas a remuneração pelos dias trabalhados.
- Art. 5º O critério de seleção para a contratação temporária de que trata o art. 1º desta Lei, obedecerá à ordem de classificação de processo seletivo simplificado.
- Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.
 - Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO/RS, 28 DE AGOSTO DE 2023.

Lilian Fontoura Depiere, Prefeita Municipal.



JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores.

Encaminhamos à Casa Legislativa o Projeto de Lei Nº. 066/2023, com a finalidade de definir a situação de excepcional interesse público e autorizar a contratação temporária de monitor de escola.

A presente justificativa baseia-se nos argumentos expostos no Memorando Interno n.º 404/2023/SME, encaminhado pela Secretária, Sra. Eliane Teresinha Paier, anexado ao presente documento.

Desta forma, solicitamos a apreciação e aprovação do Projeto de Lei Nº. 066/2023, confiando em sua colaboração para o atendimento das demandas educacionais e o pleno funcionamento das escolas em nosso município.

Atenciosas saudações,

Lilian Fontoura Depiere, Prefeita Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO PODER EXECUTIVO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Mem. n.º 404/2023 - SME.

Santo Augusto, 25 de agosto de 2023.

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Gabinete da Prefeita

Assunto: solicita o encaminhamento de projeto de lei para a contratação temporária de

um monitor de escola.

Solicitamos os trâmites legais para encaminhamento de Projeto de Lei autorizativa para contratação temporária de 1(um) servidor, para o prazo de seis (6) meses prorrogáveis por mais seis (6), ocupante do cargo de monitor de escola, regime de trabalho de 30 horas semanais, para atender demanda da Secretaria Municipal de Educação, em substituição da servidora Teciana Maria Santi de Souza, que exonerou-se em 16.08.2023, para assumir contrato temporário de Professor I.

Respeitosamente,

Eliane Teresinha Paier,

Secretária Municipal de Educação.

Recebido 99 / 15/2023.

Larissa A. N. de Paula

Chefe de Gabinete Matricula 3161-01

DECLARAÇÃO

Diante da solicitação recebida através do Memorando Interno 404/2023 – SMEC, no que se refere a tramitação legal para a contratação de um servidor para a função de Monitor de Escola, informo que para criar o cargo temporário em substituição da Monitora exonerada em 16.08.2023 –TECIANA MARIA SANTI DE SOUZA, não há necessidade de "Impacto Físico Financeiro" contando que a contratação em substituição ocorra até o dia 16 de setembro de 2023.

Jennifer Monique Schuh Matricula 2292-01

Jennifer Manique School

Técnica em Recursos Humanos Majricula 2292